

A pesquisa qualitativa e o paradigma da ciência pós-moderna: uma reflexão epistemológica e metodológica sobre o fazer científico¹

Líllian Márcia Ferreira Divan
Roberto Perobelli de Oliveira

Recebido 27, jun. 2008/ Aprovado 30, set. 2008

Resumo

Neste trabalho, pretendemos apresentar uma reflexão de base epistemológica e metodológica sobre o fazer científico, principalmente no campo das ciências sociais, mais especificamente, no que diz respeito à Sociolinguística Interacional e à Análise da Conversa. Destacamos o interpretativismo como o fundamento principal que leva à produção da pesquisa com um teor mais qualitativo do que quantitativo e apontamos a importância do sujeito, seja pesquisador ou pesquisado, para as pesquisas com visão micro-social.

Palavras-chave: *Pesquisa qualitativa. Metodologia. Epistemologia. Ciências sociais.*

¹ Este artigo foi construído com base no trabalho final da disciplina Metodologia de Pesquisa, oferecida, no segundo semestre de 2007, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora, pelo Prof. Dr. Paulo Cortes Gago, a quem somos imensamente gratos por suas primorosas observações. Eventuais equívocos, no entanto, são de inteira responsabilidade de seus autores. Agradecemos também à FAPEMIG e à CAPES pelo auxílio concedido.

Parece essencial que, como pesquisadores e formadores de pesquisadores em LA, possamos refletir sobre as formas de produzir conhecimento em nosso campo. A constituição de um corpo de metac conhecimento sobre uma área de investigação é extremamente importante para o seu desenvolvimento. (MOITA LOPES, 1994, p. 329, 330)

Como afirma Moita Lopes (1994) no excerto acima, precisamos refletir sobre o fazer científico para que haja um desenvolvimento satisfatório de nossa pesquisa. E é esta a proposta que fazemos no presente artigo: refletir epistemológica e metodologicamente sobre os principais métodos de pesquisa, dando ênfase à pesquisa qualitativa à luz do novo paradigma que emerge da ciência pós-moderna. Para cumprir os objetivos a que esse artigo se propõe, traçaremos, em primeiro lugar, um brevíssimo histórico do pensamento científico desde os tempos antigos até os dias de hoje. Para isso, tomaremos emprestadas as idéias de Santos (2003), em seu texto “Um discurso sobre as ciências”. Mas, antes, definiremos sucintamente, a noção de paradigma. Em seguida, discorreremos sobre as diferentes correntes metodológicas existentes. Finalmente, discutiremos mais especificamente a pesquisa qualitativa como um posicionamento epistemológico. Apresentaremos alguns tipos de pesquisa qualitativa e a aplicação desta em algumas correntes lingüísticas como a Sociolingüística Interacional e a Análise da Conversa, de base etnometodológica.

Noção de paradigma

Em sua obra, *A estrutura das revoluções científicas*, Kuhn (1962) chama de paradigma as diversas formas de se ver o mundo. Paradigma é, então, o fazer científico que é reconhecido universalmente durante algum tempo, é o modelo de ciência que serve como referência por um determinado período. De acordo com o autor, a ciência evolui em etapas. Há uma fase em que a ciência evolui normalmente e uma fase em que há uma ruptura com esta “normalidade”. É na fase de ruptura revolucionária que a ciência mais progride. Apesar de serem indispensáveis para os cientistas em uma determinada época, os paradigmas se tornam insuportáveis em uma época posterior, gerando uma crise que culmina na mudança de paradigma.

A evolução do pensamento científico

Segundo Santos (2003), o modelo de racionalidade anterior à ciência moderna foi desenvolvido principalmente pelas ciências naturais e só no século XIX, o século das luzes, esse modelo alcança as ciências sociais emergentes. A partir desse momento, pode-se pensar em um modelo global de racionalidade científica que se distingue de duas formas de conhecimento não científico:

o senso comum e os estudos humanísticos. A nova racionalidade científica rejeita o caráter racional de qualquer forma de conhecimento que não se baseie nos seus princípios epistemológicos e em suas regras metodológicas.

De acordo com Santos (2003), havia duas vertentes principais do modelo mecanicista: uma vertente aplica os princípios metodológicos e epistemológicos do estudo da natureza ao estudo das ciências sociais e considera as ciências naturais como o único modelo de conhecimento válido; a outra vertente assume que as ciências sociais possuem um estatuto epistemológico e metodológico próprio. De acordo com esta vertente, para se estudar os fatos sociais, é preciso fazer uso de métodos qualitativos em vez de quantitativos, pois sendo o comportamento humano subjetivo, a ciência social será sempre uma ciência subjetiva. A primeira vertente é de natureza positivista e a segunda se distancia do positivismo e representa um sinal de crise do paradigma da ciência moderna, pois contém alguns componentes da mudança para um novo paradigma científico.

O novo paradigma que começa a aparecer, segundo Santos (2003), não é apenas um paradigma científico, mas é também um paradigma social. Cai por terra a distinção dicotômica entre ciências naturais e ciências sociais. A distinção natureza/ser humano também sofre uma grande transformação. A mente humana começa a ser reconhecida como uma parte da natureza, a qual possui uma natureza psíquica. No paradigma emergente, há uma forte tendência para o conhecimento não dualista, que supera as distinções dicotômicas. A superação da dicotomia ciências sociais/ciências naturais leva a uma revalorização dos estudos humanísticos.

Santos (2003) afirma que a ciência pós-moderna é uma ciência analógica. O mundo hoje é visto como natural, mas no futuro poderá ser visto como social, como natural e social ao mesmo tempo, ou, até mesmo, “como um texto, como um jogo, como um palco ou ainda como uma autobiografia” (SANTOS, 2003, p. 45). Segundo o autor, “não virá longe o dia em que a física das partículas nos fale do jogo entre as partículas, ou a biologia nos fale do teatro molecular ou a astrofísica do texto celestial, ou ainda a química da biografia das reações químicas” (SANTOS, 2003, p. 45). Sendo assim, o novo paradigma científico envolve uma intertextualidade entre as ciências. Não há mais dicotomias estanques nem separações, mas todo o saber científico navega em um *continuum*. Já não interessa mais ao homem o saber em si, mas o saber sobre o saber. A ciência se faz através de um processo de interação e a comunicação tem um papel importante neste processo:

O jogo pressupõe um palco, o palco exercita-se com um texto e o texto é a autobiografia do seu autor. Jogo, palco, texto ou bio-

grafia, o mundo é comunicação e por isso a lógica existencial da ciência pós-moderna é promover a 'situação comunicativa'. (SANTOS, 2003, p. 45)

No novo paradigma que surge, não há uma divisão exata dos campos de conhecimento, mas uma intertextualidade, uma ligação entre os ramos da ciência, que se entrecruzam. Havendo uma fragmentação na ciência pós-moderna, essa fragmentação não é disciplinar, mas temática. O conhecimento avança através das galerias temáticas. À medida que o objeto de estudo se amplia, o conhecimento cresce e progride em busca de novas interfaces.

Santos (2003) afirma que o conhecimento pós-moderno é um conhecimento que se constitui através de uma pluralidade metodológica: "cada método é uma linguagem e a realidade responde na língua em que é perguntada. Só uma constelação de métodos pode captar o silêncio que persiste entre cada língua que pergunta" (SANTOS, 2003, p. 48). Em outras palavras, no paradigma emergente, todo o conhecimento é autoconhecimento.

No paradigma da ciência pós-moderna, todo o conhecimento científico visa a constituir-se em senso comum. A ciência moderna "faz do cientista um ignorante especializado e faz do cidadão comum um ignorante generalizado" (SANTOS, 2003, p. 55). Entretanto, a ciência pós-moderna tenta travar um diálogo com outras formas de conhecimento, estabelecendo uma conexão entre elas. E o conhecimento mais importante para a ciência pós-moderna é o conhecimento do senso comum, pois possui certas características que nos fazem estabelecer uma melhor relação com o mundo.

Correntes metodológicas: quantitativa (positivista) x qualitativa (interpretativista)

De acordo com Filstead (1979), no final dos anos 60 apareceram os primeiros exemplos de uso de método qualitativo na pesquisa interpretativista. Entretanto, segundo Denzin e Lincoln (2000), a pesquisa qualitativa teve início, na sociologia, entre 1920 e 1930, quando a escola de Chicago estabeleceu a importância da pesquisa qualitativa para o estudo dos grupos humanos. Na antropologia, os pesquisadores usavam a pesquisa qualitativa para estudar os costumes e os hábitos de uma cultura estrangeira. Filstead (1979) afirma que os métodos quantitativos e qualitativos não são apenas técnicas de coleta de dados, mas são conceptualizados como paradigmas. São diferentes olhares para o fazer científico. Segundo Filstead, a distinção entre os paradigmas quantitativo e qualitativo se baseia na diferença entre duas escolas filosóficas: realismo e idealismo. O paradigma quantitativo emprega os pensamentos mecanicistas da ciência natural positivista, e o paradigma qualitativo entende a realidade

social através de uma posição idealista que pressupõe uma visão evolutiva e negociada da ordem social.

No método qualitativo de pesquisa, os conceitos e as teorias emergem dos dados e são exemplificados neles. Erickson (1977 apud FILSTEAD, 1979) afirma que a pesquisa qualitativa descreve as principais ocorrências em termos descritivos que sejam funcionalmente relevantes e relaciona essas ocorrências com o contexto social mais amplo, a fim de que sirvam como exemplos concretos dos princípios abstratos da organização social.

Segundo Filstead (1979), o paradigma quantitativo não é capaz de fornecer o contexto dentro do qual se compreende o significado das interações e dos processos pesquisados. O autor salienta que o modelo quantitativo emprega um modelo lógico-dedutivo de raciocínio da teoria para as proposições, as definições operacionais, para teste de hipóteses e para a análise dos dados. Já o modelo qualitativo faz uma interação dinâmica entre os dados e a teoria, operando a modificações da teoria e dos conceitos com base na coleta de dados. A pesquisa qualitativa tem como meta descobrir a teoria e não somente verificá-la.

Combinar os dois métodos em pesquisa interpretativista, afirma Filstead (1979), pode ter grandes vantagens, pois o método qualitativo fornece o contexto para os significados nos quais os resultados quantitativos podem ser entendidos. Os métodos quantitativo e qualitativo não são simplesmente diferentes estratégias de pesquisa e de coleta de dados, mas são diferentes sistemas epistemológicos para se conceber a natureza da realidade social.

Características da pesquisa qualitativa

Segundo Denzin e Lincoln (2000), a pesquisa qualitativa é um campo de pesquisa propriamente dito. A finalidade da pesquisa qualitativa é documentar, em detalhes, os eventos diários e identificar o que esses eventos significam para os participantes e para as pessoas que presenciam os eventos (ERICKSON, 1998). Assim, a pesquisa qualitativa dá ênfase à qualidade, ou seja, àquilo que se destaca na vida social.

Erickson (1998) afirma que o observador usa principalmente dois meios de coleta de dados: olhar e perguntar. Observar as ações dos indivíduos é importante para se entender o que essas ações significam para eles. Entretanto, muitas vezes é preciso perguntar aos participantes de um evento os significados de suas ações através de entrevistas para que haja um bom entendimento do que está ocorrendo na interação. A observação e as perguntas são feitas de diversas formas: notas de campo escritas por um observador, entrevistas, gravações em áudio e em vídeo e coleta de documentos que forneçam mais detalhes do evento. Todas as formas de coleta de dados são confrontadas umas com as outras

para a produção de evidências fortes. Assim, as notas de campo são confrontadas com os documentos e com as gravações para que o pesquisador tenha em mãos evidências vindas de várias fontes, o que trará maior credibilidade à sua pesquisa. Essa técnica é chamada de triangulação. Erickson (1998) salienta, ainda, que a primeira obrigação ética do pesquisador é explicar para as pessoas que estão sendo estudadas o que será feito no decorrer da pesquisa, além de requerer, também, o consentimento dos participantes do evento em questão.

No Brasil, Moita Lopes (1994) opõe duas fortes tradições de pesquisa: uma de base positivista e outra de base interpretativista. Na visão interpretativista, é o fator qualitativo, ou particular, que interessa. Pesquisas dessa natureza objetivam investigar os processos que subjazem à produção e à compreensão lingüística. Segundo o autor, há dois tipos de pesquisa interpretativista: a etnográfica e a introspectiva. A pesquisa etnográfica tem sua origem na sociologia e na antropologia e tem como foco principal o contexto social da perspectiva dos participantes, ou seja, uma perspectiva êmica, que não considera somente a observação do pesquisador externo, mas leva em conta a visão dos participantes. De acordo com a posição interpretativista etnográfica, não podemos ignorar a visão dos participantes para investigar o mundo social, pois a linguagem é, ao mesmo tempo, determinante do fato social e o meio de se ter acesso a sua compreensão, através da consideração das interpretações dos participantes do contexto social sob investigação e das interpretações dos pesquisadores (MOITA LOPES, 1994).

Críticas ao paradigma qualitativo

Erickson (1998) destaca que os próprios pesquisadores qualitativos fazem ainda muitas críticas ao próprio paradigma. Para os críticos, algumas formas de pesquisa qualitativa, principalmente a etnografia, têm uma voz muito autoritária sobre os resultados. Outras críticas questionam todo o projeto racionalista da pesquisa. Além disso, a teoria social crítica mostra como a pesquisa social é dirigida por interesses ideológicos tomados como certos ou obscurecidos deliberadamente. Outros ainda, os teóricos pós-modernos, desafiam a possibilidade de uma distinção entre observador e observado, entre sujeito e objeto.

Respondendo a algumas dessas críticas, Erickson (1998) relembra que dar sentido ao ponto de vista do ator social é uma marca da etnografia e que, a partir dessa característica, uma forma de ampliar a qualidade da etnografia envolve tomar mais cuidado com as asserções que são mal-entendidas por causa das análises defeituosas ou por causa do “revozeamento” de opiniões. Em alguns casos, no entanto, a tentativa de iluminar as vozes dos participantes nesses estudos levou a uma dependência em excesso apenas das entrevistas como abordagem de pesquisa.

Outra resposta dada por Erickson (1998) à crítica de que, na etnografia, o pesquisador tende a abusar de seu *status* é a tentativa dos pesquisadores em compensar a desigualdade de poder dividindo a responsabilidade do estudo com aqueles que foram estudados.

Apesar de haver ainda, como podemos perceber, divergências dentro do próprio paradigma qualitativo, já existem, por outro lado, abordagens teórico-metodológicas bem consolidadas, como é o caso das que serão detalhadas a seguir.

Alguns tipos de pesquisa qualitativa: estudo de caso e observação participante

O estudo de caso e a observação participante têm sido usados nas ciências sociais como métodos de pesquisa. De acordo com Hartley (2004 apud KOHLBACHER, 2005), os estudos de caso são investigações detalhadas de um fenômeno, dentro de um contexto que fornece bases teóricas para as questões estudadas. A generalização dos estudos de casos é uma generalização analítica e não uma generalização estatística. A finalidade do estudo de caso é descobrir padrões, e significados e auxiliar no desenvolvimento das conclusões e na construção de uma teoria (PATTON; APPELBAUM, 2003 apud KOHLBACHER, 2005). Estudos de caso são amplamente usados em estudos de organizações e nas ciências sociais. Stake (2000, apud KOHLBACHER, 2005) sugere que estudos de caso se tornaram uma das formas mais comuns de se fazer pesquisa qualitativa. Além disso, parecem ser preferidos quando as questões de pesquisa são do tipo “como” e “por quê”.

Costuma-se criticar o estudo de caso como um método que fornece pouca base para generalização. Um dos objetivos principais do estudo de caso, no entanto, é fornecer uma análise do contexto e dos processos que iluminam as questões teóricas em estudado, por meio de uma investigação detalhada. Por essa razão, o estudo de caso é visto como uma atividade heterogênea que cobre um conjunto de métodos e técnicas de pesquisa, um conjunto de cobertura (desde o caso único até os casos múltiplos), variados níveis de análise (indivíduos, grupos, organizações, dentre outros) e diferentes extensões e níveis de envolvimento em funcionamentos organizacionais.

Analisar os dados nessa perspectiva significa buscar padrões nos dados. Uma vez que um padrão é identificado, ele é interpretado nos termos de uma teoria social. O cenário em que o evento ocorreu e que o pesquisador qualitativo se moveu desde a descrição de um evento histórico ou cenário social interfere na interpretação mais geral de seu significado.

Uma outra forma que tem sido usada como um método de coleta de dados, afirma Kawulich (2005), é a observação parti-

cipante. Nesse método, o observador se insere no grupo a ser estudado para realizar suas observações. É um processo que permite com que os observadores aprendam sobre as atividades das pessoas que estão sendo estudadas em seu cenário natural.

De acordo com Kawulich (2005), são quatro as posições que os observadores podem assumir nessa perspectiva de pesquisa. Ele pode ser um *participante completo*, agindo como membro ativo do grupo em estudo, conciliando suas atividades de pesquisador com as atividades do grupo. Isso pode ser desvantajoso para a pesquisa, uma vez que pode incorrer em falta de objetividade por parte dos pesquisadores.

A segunda posição a ser assumida pelo pesquisador é a de *participante como observador*. Nessa posição, ele se coloca como membro do grupo, o qual tem consciência de que ele está pesquisando o contexto, as atividades, assim como o comportamento de cada membro do grupo. Desse modo, ele é visto como um membro que está mais interessado em observar do que em participar. A desvantagem dessa abordagem é a ambigüidade entre a profundidade dos dados revelados ao pesquisador e o nível de confiabilidade das informações dadas pelo grupo.

O pesquisador pode também assumir a posição de um *observador como participante*, cuja prática se restringe apenas a observar o grupo a ser pesquisado. Ele não participa das atividades do grupo, que sabe que ele está presente apenas para observar e pesquisar o comportamento dos outros participantes. Seu papel é de um membro periférico, o que dificulta o estreitamento das relações com os outros membros, uma vez que há um certo distanciamento entre pesquisador e pesquisado(s).

Além dessas três posições, o pesquisador pode se colocar como um *observador completo*, mantendo-se completamente escondido, observando o grupo alvo do estudo até que seus membros tenham consciência de estarem sendo observados. A desvantagem nessa perspectiva são as implicações éticas de se observar/pesquisar um grupo de pessoas sem o seu consentimento.

Kawulich (2005) destaca que esse tipo de abordagem de pesquisa envolve uma série de outras práticas, tais quais ganhar entrada na comunidade a ser pesquisada, selecionar os informantes, participar das diversas atividades do grupo, fazer entrevistas informais, atualizar e organizar notas de campo, dentre outras. Tudo isso para facilitar o desenvolvimento de uma narrativa que dê conta de vários aspectos culturais para a compreensão daqueles que entrarem em contato com a pesquisa.

Enfim, tanto a observação participante quanto o estudo de caso são abordagens eficazes para o desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa que não busca resultados estatísticos, mas resultados que prezam, como já foi demonstrado, pela generalização analítica.

A etnometodologia

O estudo dos métodos dos membros, ou “etnométodos”, é o objeto de estudo dos etnometodólogos (cf. LYNCH, 1993). Através desses “etnométodos”, os atores sociais produzem e reproduzem estruturas sociais presentes tanto no conhecimento dos membros da sociedade – o senso comum – quanto no conhecimento dos cientistas – o conhecimento científico. A obra fundadora da etnometodologia é *Studies in Ethnomethodology*, de Harold Garfinkel (1967), na qual, com os resultados de suas pesquisas, Garfinkel propunha uma transformação geral da teoria da ação. Para tanto, o autor concluiu que os próprios atores sociais são conscientes de seu raciocínio sobre suas ações, raciocínio este que pode ser estudado de fora, pelos pesquisadores, na mesma medida em que são vistos por quem desenvolve esse raciocínio, pondo-o “entre parênteses”. Em outras palavras, o estudo do raciocínio dos atores a respeito de suas ações práticas é feito excluindo-se o contexto dito padronizado das ações: “esse procedimento implica que o analista deve suspender todos e quaisquer compromissos com versões privilegiadas da estrutura social” (HERITAGE, 1999, p. 381). Essa seria a política garfinkeliana da “indiferença etnometodológica”, segundo a qual as ações seriam estudadas independentemente de onde, como, quando e por quê, sem que fossem feitos juízos de valor sobre tais ações, de modo que ocorressem espontânea e naturalmente. A propósito, uma outra característica igualmente importante nos estudos da etnometodologia é o estudo dos processos sociais em ambientes naturais, isto é, espontâneos/não-motivados, uma vez que, para Garfinkel, a articulação do contexto com as ações nele realizadas só ocorre naturalmente.

A pesquisa garfinkeliana teve influências de Talcott Parsons e Alfred Schütz. O primeiro contribuiu para a formação de Garfinkel como sociólogo, mas foi o segundo que, ao publicar, em 1932, uma obra que fundou a corrente da fenomenologia do mundo social, influenciou mais diretamente a etnometodologia. Para Parsons, a ordem social se deve ao fato de que os agentes seguem normas sociais, conformando-se com as regras que lhes são impostas socialmente para evitarem os castigos e a angústia. A etnometodologia buscará negar isso, propondo uma migração no paradigma sociológico de normativo para interpretativo.

Para embasar esse paradigma interpretativista, a etnometodologia se baseou nas idéias de Schütz, que, segundo Coulon, propôs “o estudo dos processos de interpretação que utilizamos em nossa vida de todo dia, para dar sentido a nossas ações e às dos outros” (1995, p. 11). Schütz acredita que os atores idealizam eventos (uma peça de teatro, por exemplo) como iguais, porque é possível haver uma troca de pontos de vista (quem se sentou na platéia poderia passar a assistir à peça do camarote e vice-versa) e

porque as pessoas que participam de um mesmo evento o fazem por um mesmo motivo, assinalando assim a conformidade do sistema de pertinência. Esse conceito, o autor denominou “tese geral da reciprocidade das perspectivas”.

Outra corrente de pensamento muito influente na etnometodologia foi o interacionismo simbólico (termo cunhado por Herbert Blumer), cuja origem se deu na Escola de Chicago, por meio de seus principais representantes: Robert Park, Ernest Burgess e William Thomas. Segundo Joas, a Escola de Chicago pode ser descrita como a:

[...] combinação de uma filosofia pragmática, de uma orientação política reformista para as possibilidades da democracia num quadro de rápida industrialização e urbanização, e dos esforços para transformar a sociologia numa ciência empírica, sem deixar de atribuir grande importância às fontes pré-científicas do conhecimento experimental. (JOAS, 1999, p. 131)

Para os interacionistas, a interação se define como uma ordem que deve ser negociada recorrentemente, a todo momento, uma vez que o mundo social não é dado mas construído no “aqui e agora” das ações sociais. Em outras palavras, nessa corrente de pensamento, os atores sociais atribuem sentidos (significado social) aos objetos durante as interações e, mesmo que esses sentidos se estabilizem com o passar do tempo, eles são renegociados a cada interação. E foram essas noções as absorvidas pela etnometodologia.

Garfinkel, com seus experimentos de ruptura procurou demonstrar que a percepção de um evento social como normal é “ambiental”, e não “cerebral” (interna ao indivíduo). Trabalhando inicialmente com jogos, o pesquisador mostrou que, quanto menos dispostos a mudar ou aceitar mudanças nas regras dos jogos, mais perturbados se tornavam os agentes, uma vez que romper com as expectativas do outro resulta em estranhamento por parte desse outro.

No entanto, é válido ressaltar que, mesmo diante do estranhamento, os “pacientes” de Garfinkel não interpretaram a “ruptura” como sem sentido ou não-motivada, pelo contrário, a indignação deles diante da ação dos experimentadores² era justamente querer saber o porquê daquelas atitudes. Isso mostrou que os procedimentos interpretativos dos agentes, então, são duplamente constitutivos, ou seja, o que leva alguém a interpretar uma dada ação como “normal” é o mesmo procedimento que leva alguém a perceber o “desvio” da “normalidade”, uma vez que os pacientes eram capazes de explicar como e por que suas expectativas foram rompidas.

A respeito dos procedimentos interpretativos dos agentes, Aaron Cicourel (1970) se utilizou dos conceitos da etnometodologia para criar uma definição: “são propriedades invariantes

² Para se conhecer os detalhes dos experimentos de ruptura, ver Garfinkel (1967).

do raciocínio prático cotidiano, necessário para fixar sentido às regras que os sociólogos chamam de norma” (p. 146). Segundo Cicourel, assim como a gramática gerativa não é um modelo para o falante e para o ouvinte, mas uma base para revelar como o uso real é possível, a idéia de estrutura social gerativa ou praxiológica não é um modelo para membros bem-socializados de uma sociedade, mas uma tentativa de mostrar (1) como a aquisição de procedimentos interpretativos e regras de superfície é necessária para entender as atividades cotidianas dos membros e (2) como os membros e os pesquisadores fixam descrições estruturais a todas as formas de organização social.

Nessa linha de entendimento, prossegue a etnometodologia quando aponta que o membro social decide, no aqui-e-agora da interação, se vai ou não seguir uma determinada norma. Normas, para os etnometodólogos não são padrões rígidos de comportamento, mas recursos flexíveis que devem se ajustar ao contexto de realização. As convenções normativas são pressupostos dos campos de ação que elas tornam inteligíveis e explicáveis. Por meio dessas convenções, os atores são capazes de interpretar e explicar as cenas do cotidiano. A relatibilidade (termo utilizado aqui como tradução para *accountability*) é o princípio etnometodológico através do qual os membros prestam conta de suas ações por meio de suas próprias análises, descrições, relatos e até mesmo por suas próprias ações práticas. A relatibilidade, portanto, é uma maneira de tornar o mundo social visível por meio das explicações, revelações, descrições e relatos que são feitos pelos agentes.

Garfinkel e sua etnometodologia influenciaram algumas das correntes sociológicas de pesquisa existentes atualmente, dentre elas a Sociolingüística Interacional e a Análise da Conversa. Pesquisadores dessas correntes, como Garfinkel, tornaram importante, em seus pressupostos metodológicos, a necessidade de se voltar para o estudo empírico dos fenômenos sociais.

Sociolingüística Interacional

De acordo com Coupland (2001), a sociolingüística teve início principalmente com os estudos de variação e de mudanças na linguagem e nos dialetos. Esses estudos se alinhavam com um tipo de teoria que postula que a vida social pode ser estudada como um conjunto estruturado de categorias sociais que controlam nossas características sociais e nossas oportunidades. Pode-se dizer que a sociolingüística variacionista, por exemplo, é baseada nesse tipo de teoria social.

Além dos estudos de variação e de mudanças na linguagem, Coupland (op. cit.) salienta que outras correntes sociolingüísticas foram se desenvolvendo aos poucos. Muitas delas usavam os termos “discurso” e “interação” e se alinha-

vam com um segundo tipo de teoria social que assume que a vida social e toda a experiência que adquirimos em sociedade é estruturada através de ações locais e práticas. Todos os estudos fenomenológicos e etnometodológicos e também as teorias socioconstrucionistas estão incluídas nesse segundo tipo de teoria.

Coupland (2001) afirma que as correntes sociolinguísticas que se alinham ao primeiro tipo de teoria social priorizam o nível de organização macro-social. Já as correntes que se alinham com o segundo tipo de teoria social priorizam a ação social e a agentividade do indivíduo no nível micro. Na visão do autor, na interpretação da vida social, precisa haver um movimento da estrutura para a prática e da prática para a estrutura. A análise local da prática é importante tanto para confirmar as generalizações sobre a ordem social, como para qualificar ou ainda para ser confrontada com as generalizações normativas. Assim nós podemos demonstrar que os participantes se orientam para as forças normativas de uma instituição, através do seu comportamento local e através de um conceito pré-discursivo da ordem social ou de um esquema verificável de sua interação. Ao mesmo tempo em que as pessoas trabalham com um conceito pré-discursivo da ordem social, afirma Coupland (2001), elas são agentes ativas destes conceitos.

Dentre as vertentes da Sociolinguística, encontra-se a Sociolinguística Interacional. A Sociolinguística Interacional focaliza as práticas comunicativas como o lugar onde forças sociais e interativas se unem e se concentra nas interações de fala que envolvem dois ou mais atores como seu objeto de estudo, objetivando demonstrar como os indivíduos que participam da interação usam a fala para realizar seus propósitos comunicativos em situações da vida real (GUMPERZ, 1999). A Sociolinguística Interacional compartilha uma perspectiva construcionista com a microanálise etnográfica e foi extremamente influenciada pela etnometodologia (ERICKSON, 1998).

Couper-Kuhlen e Selting (2001) apresentam três passos que abriram caminho para o surgimento de uma linguística interacional. O primeiro passo foi a aceitação da linguagem falada como um objeto de investigação. O segundo passo foi o trabalho dos linguistas da tradição do discurso funcional, que procuravam relações motivadas entre a forma linguística e a função do discurso. Apesar de não se centrarem na interação conversacional, o estudo dos linguistas foi importante para se estabelecer um modelo de estudo da linguagem que via as formas linguísticas como algo com o qual se realizavam ações. O terceiro passo para a formação da Sociolinguística Interacional veio do trabalho no campo da Análise da Conversa. Nos final dos anos 70, os sociólogos postulavam que a conversa cotidiana era o lugar de ordem social. Os estudos linguísticos antropológicos

passaram a considerar os sistemas de trocas conversacionais e as estratégias discursivas em comparações interculturais.

De acordo com as autoras, a *Linguística Interacional* analisa a linguagem com um olhar interlingüístico interdisciplinar para entender como as linguagens são moldadas pela interação e como as práticas interacionais são moldadas através das linguagens específicas.

Análise da Conversa

Além de contribuir para a formação da *Sociolingüística Interacional*, a *Análise da Conversa*, de base etnometodológica, também se constituiu como disciplina autônoma, com seus próprios objetivos e objetos de pesquisa. É consenso entre os pesquisadores da área que o texto de Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) é fundador para a *Análise da Conversa* (doravante, AC), pois estabelece as bases fundamentais em que os estudos analíticos da conversa se alicerçam. A partir de então, a conversa cotidiana passou a ter o status de “pedra sociológica fundamental”, servindo, pois, de base para o estudo de todas as outras formas de interação social. Foram postulados quatorze fatos gerais aparentes que podem ser observados em uma conversa cotidiana, bem como um conjunto de regras que governam tanto a construção quanto a tomada de turnos³.

A interação social, segundo Psathas (1995), tem sido um fenômeno de interesse para estudantes da vida social. Alguns problemas, como o modo de se estudar a fala-em-interação, a organização das várias ações sociais existentes, bem como a descrição e análise de cada uma delas foram encontrando respostas por meio de rigorosos métodos científicos.

O vínculo entre *Análise da Conversa* e *Etnometodologia*, de acordo com Oliveira (2006), se faz por três posições-chave: (i) a linguagem é constitutiva da vida social; (ii) a realidade e ordem sociais não são pré-existentes, mas processuais (um processo através do qual os traços da aparente estabilidade da organização social são continuamente criados); (iii) o ator social não é reproduzidor de normas, mas alguém que atua intensamente no mundo, intervindo como agente em seu ambiente na construção da realidade (cf. HERITAGE, 1984).

Sobre a gravação de dados, ten Have ([2004]) aponta uma estratégia, atribuída à metodologia da AC: o envolvimento do estudo das práticas cotidianas por meio da gravação de alguns “materiais” com o uso de equipamentos de áudio e vídeo. Essas gravações são por sua vez transcritas de modo que os procedimentos de uso do senso comum são limitados à escuta do que foi dito e pela percepção de como tal material foi dito. É tarefa do analista, portanto, formular um “mecanismo”, que pode ter sido usado para produzir aquele material e o fenômeno agregado a

³ Para um conhecimento mais aprofundado da sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa, consulte-se Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) ou sua tradução para o português em Sacks, Schegloff e Jefferson (2003).

ele. Entretanto, o autor demarca uma diferença entre os estudos estritamente etnometodológicos e o estudo subjacente à AC: enquanto na etnometodologia o problema de “visibilidade” da questão é – em parte – resolvido pela criação ou seleção de ambientes “estranhos” (vide os experimentos de ruptura relatados por GARFINKEL, 1967), em AC, essa tarefa de “estranhamento” é desempenhada pelos equipamentos de gravação e pelo processo de transcrição. Com relação a esse procedimento de gravação, Sacks acrescenta que é uma tarefa importante, porque permite ao analista observar um fenômeno tantas vezes quantas forem necessárias, “porque eu poderia ter [os dados] em minhas mãos e estudá-lo repetidas vezes, e também, conseqüentemente, porque os outros poderiam olhar para o que eu estudei e [...] discordar de mim” (SACKS, 1984, p. 26).

A quantificação de dados também é uma outra questão discutida pela AC. Analistas da conversa, geralmente, têm o objetivo de explicar, com base na visão caso-a-caso (e não na perspectiva generalizante dos números) as competências sistemáticas com as quais os participantes de uma conversa cotidiana contam para entender as ações um do outro e para gerar respostas interacionalmente apropriadas.

Segundo Oliveira (2006), a importância de se negar um estudo estatístico-probabilístico reside justamente nas considerações que podem ser feitas a partir de ocorrências fora do “lugar em que mais ocorre”, isto é, examinar quantas vezes um determinado fenômeno acontece em um mesmo ambiente não é de grande utilidade para a AC, pois tudo o que ocorre, seja mais ou menos vezes, independentemente do contexto, é relevante na perspectiva dos participantes, e, por isso, é passível de análise.

Por fim, é válido apontar algumas questões de validade e confiabilidade na pesquisa em AC, uma vez que essas questões, segundo Peräkylä (1998), podem variar de acordo com os métodos utilizados. Para o autor, a confiabilidade dos trabalhos em AC depende, basicamente, de três fatores: seleção de o que é gravado; qualidade técnica das gravações; e adequação das transcrições.

Depois de selecionar o que vai ser gravado (sala de aula, consulta médica, entre outros eventos), o pesquisador precisa decidir, conseqüentemente, o quanto vai gravar. É importante que o pesquisador tenha uma base de dados bem ampla em casos nos quais um determinado fenômeno ocorre/ pode ocorrer poucas vezes.

A qualidade de gravação é decisiva. Quanto maior a qualidade de gravação, menor o risco de se perder alguma coisa ou de se ter expressões inaudíveis. A localização da aparelhagem também é importante.

As transcrições também devem corresponder fielmente ao que foi gravado, ou seja necessitam ser precisas e bem feitas.

Recomenda-se, como recurso de análise, fazer uma primeira transcrição com o máximo de detalhes e depois, se alguns desses detalhes não forem relevantes para análise, poderão ser excluídos. Além disso, transcrições “simplificadas” podem tornar as análises mais receptivas, principalmente se a audiência não for especializada em AC.

Desse modo, os resultados de um bom trabalho em Análise da Conversa exibem o que se chama de *validade aparente*: uma vez lidos, o leitor se convence de que são transparentemente verdadeiros. Descrições de eventos demonstrando o “acesso limitado” de uma determinada parte a fatos relevantes podem servir como um recurso para convidar a outra parte a revelar sua versão autorizada das mesmas questões.

Considerações finais

Refletir sobre o fazer científico e sobre os diferentes métodos utilizados é essencial para o bom desenvolvimento da pesquisa, já que tanto a teoria quanto a metodologia empregada têm a ver com a visão de mundo adotada pelo pesquisador e ambas interferem, de certa forma, no desenrolar da pesquisa. É preciso delinear não somente o objeto de estudo, mas também o método de observação, ou o olhar a ser lançado sobre o objeto de estudo. A pesquisa científica não é apenas uma aplicação neutra e metódica de alguns procedimentos. Todo fazer científico traz consigo certa visão de mundo. A escolha do método tem a ver com a visão do pesquisador a respeito da realidade pesquisada. A suposta “neutralidade” da ciência não existe.

Muitas vezes é necessário combinar métodos e lançar diferentes olhares sobre a pesquisa. Como afirma Santos (2003), no paradigma da ciência pós-moderna, o conhecimento se constitui através de uma pluralidade metodológica. Todo pesquisador realiza sua pesquisa através de um olhar ou de olhares específicos sobre os dados. Além disso, uma perspectiva êmica, que não considera apenas a observação do pesquisador externo, mas leva em conta a visão dos participantes é essencial para se fazer uma boa pesquisa, já que o saber teórico é, de certa forma, oriundo do saber comum.

Enquanto, na visão positivista, presume-se a neutralidade do pesquisador (sujeito) e a neutralidade do objeto, na perspectiva interpretativista, a realidade é construída pelo indivíduo. Os fatos sociais não se separam do pesquisador, mas há um *continuum*, pois o pesquisador é parte ativa do processo de construção de conhecimento ou do processo de interpretação dos fatos sociais. Em outras palavras, sujeito e objeto fazem parte de um processo de intersubjetividade.

Dentre as correntes lingüísticas analisadas no presente artigo, destacamos a Sociolingüística Interacional e a Análise da

Conversa Etnometodológica como correntes de pensamento interpretativista que demonstram muito bem qual é a importância do sujeito, seja pesquisador ou pesquisado, para as pesquisas com visão micro-social. Uma análise de dados feita empiricamente e voltada para detalhes únicos da interação humana torna-se, portanto, uma forma contundente de se fazer pesquisa qualitativa, com a validade e a confiabilidade necessárias à atribuição de seriedade e cientificidade a essa abordagem.

Abstract

The aim of this paper is to present a reflection on an epistemological and methodological sense about the scientific production, especially in the social sciences domain, more specifically about Interactional Sociolinguistics and Conversation Analysis. We point out the interpretativism as a primary fundament which leads us to a research production in a line more qualitative than quantitative. We also point out the subject's relevance, either researcher or researched, for micro-social vision researches.

Keywords: *Qualitative research. Methodology. Epistemology. Social sciences.*

Referências

- CICOUREL, A. The acquisition of social structure: toward a developmental sociology of language and meaning. In: DOUGLAS, J. (Ed.). *Understanding everyday life*. San Diego: Aldine Publishing Company, 1970. p. 136-168.
- COULON, A. *Etnometodologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- COUPER-KUHLEN, E.; SELTING, M. Introducing interactional linguistics. In: SELTING, M.; COUPER-KUHLEN, E. (Ed.). *Studies in interactional linguistics: studies in discourse and grammar*. Amsterdam: Benjamins, 2001.
- COUPLAND, Nickolas. Sociolinguistics theory and social theory. In: COUPLAND, N.; SARANGI, S.; CANDLIN, C. N. *Sociolinguistic and social theory*. London: Pearson, 2001.
- DENZIN, N.; LINCOLN, Y. The discipline and practice of qualitative research. In: _____. *The handbook of qualitative research*. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 1-27.

- ERICKSON, F. Qualitative research methods of Science Education. In: FRASER, B.; TOBIN, K. G. *International Handbook of Science Education*. London: Kluber Academic Publishers, 1998. p. 1155-1173.
- FILSTEAD, W. Qualitative methods: a needed perspective in evaluation research. In: REICHARD, C.; COOK, T. *Quantitative and qualitative methods in evaluation research*. London: Sage, 1979. p. 33-48.
- GARFINKEL, H. *Studies in ethnomethodology*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1967.
- GUMPERZ, J. The linguistic and cultural relativity of conversational inference. In: _____; LEVINSON, S. (Ed.). *Rethinking linguistic relativity*. New York: Cambridge University Press, 1999. p. 274-406.
- HAVE, P. ten. *Methodological issues in conversation analysis*. [2004]. Disponível em: <<http://www2.fmg.uva.nl/emca/Mica.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2004.
- HERITAGE, J. Etnometodologia. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). *Teoria social hoje*. Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999. p. 321-392.
- _____. *Garfinkel and ethnomethodology*. Cambridge: Polity Press, 1984.
- JOAS, H. Interacionismo simbólico. In: GIDDENS, A.; TURNER, J. (Org.). *Teoria social hoje*. Tradução: Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo: Ed. da Unesp, 1999. p. 127-174.
- KAWULICH, B. B. Participant observation as a data collection method [81 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, [On-line Journal], n. 6, v. 2, May 2005. Art. 43. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/2-05/05-2-43-e.htm>>. Acesso em: 4 out. 2007.
- KOHLBACHER, F. The use of qualitative content analysis in case study research [89 paragraphs]. *Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research*, [On-line Journal], v. 7, n. 1, Art. 21, Dec. 2005. Disponível em: <<http://www.qualitative-research.net/fqs-texte/1-06/06-1-21-e.htm>>. Acesso em: 4 out. 2007.
- KUHN, 1962. Disponível em: <www.sitiodoguara.com.br/autor/tk.htm>.
- LYNCH, M. Phenomenology and protoethnomethodology. In: _____. *Scientific practice and ordinary action*. New York: Cambridge University Press, 1993. p. 117-158.
- LODER, L. L. *Investindo no conflito: a correção pelo outro construindo discordâncias agravadas*. 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, 2006.

MOITA LOPES, L. P. Pesquisa interpretativista em lingüística aplicada: a linguagem como condição e solução. *DELTA*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 329-383, 1994.

OLIVEIRA, R. P. *Estratégias de negociação em encerramentos de conversa telefônica cotidiana*. 2006. 250 f. Dissertação (Mestrado em Letras)-Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2006.

PERÄKYLÄ, A. Reliability and validity in research based on tapes and transcripts. In: _____. *Qualitative research: theory, method and practice*. London: Sage, 1998. p. 201-220.

PSATHAS, G. *Conversation analysis: the study of talk-in-interaction*. Thousand Oaks: Sage, 1995.

SACKS, H. Notes on methodology. In: ATKINSON, J. S.; HERITAGE, J. *Structures of social action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1984. p. 21-27.

SACKS, H.; SCHEGLOFF, E.; JEFFERSON, G. A simplest systematics for the organization of turn taking for conversation. *Language*, Baltimore, v. 50, n. 4, p. 696-735, 1974.

_____. Sistemática elementar para a organização da tomada de turnos para a conversa. *Veredas*, Juiz de Fora, v. 7, n. 1, p. 9-73, 2003.

SANTOS, B. S. *Um discurso sobre as ciências*. Porto: Afrontamento, 2003.